

FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PARANÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO PARANÁ

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL DE 1985 A 2002

POR

ALEXANDRO FRANCO DE MACEDO

CURITIBA

2011

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALEXANDRO FRANCO DE MACEDO

PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL DE 1985 A 2002

Trabalho de monografia apresentado à disciplina de Trabalho II, como requisito parcial para a obtenção de nota do 2º bimestre no Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Educação Superior do Paraná - FESP.

Professor Orientador: Braulio Moreira

CURITIBA

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

ALEXANDRO FRANCO DE MACEDO

PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL DE 1985 A 2002

Trabalho de monografia realizado visa o melhor conhecimento dos alunos nessa categoria de trabalho, visando atender as exigências do Curso de Ciências Econômicas da FESP.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Orientador: Bráulio Moreira
Instituto de Ciências Sociais do Paraná

Professor: _____
Instituto de Ciências Sociais do Paraná

Professor: _____
Instituto de Ciências Sociais do Paraná

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus que me ouviu em minhas orações, me dando saúde, tranquilidade e sabedoria no desenvolvimento do trabalho.

Aos meus pais e meus irmãos que sempre me aconselharam com palavras de conforto, e sem o apoio e o amor deles não conseguiria completar mais essa meta da minha vida.

A minha namorada que abraçou a causa deixando muitas vezes o nosso lazer de lado para desenvolvimento deste projeto.

Aos professores da Fesp, que deram o seu melhor desde o início e sempre deram conselhos para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.

Aos meus amigos e companheiros em geral que de uma forma ou outra participaram deste trabalho, pois sem a ajuda deles não conseguiria êxito neste projeto.

RESUMO

O processo de privatização no Brasil teve mais ênfase em 1985, com o presidente José Sarney. A partir daí todos os governos sucessores usaram essa ferramenta para o desenvolvimento e crescimento do Brasil. O objetivo deste trabalho é verificar quanto foi privatizado de cada governo a partir de 1985 e quais os valores arrecadados pelo Estado, além de outras vantagens. A metodologia a ser utilizada é descritiva com abordagem quantitativa. O trabalho consiste na análise das políticas usadas pelos governos José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No término do trabalho serão vistas as políticas usadas pelos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A análise quantitativa será para avaliar qual governo utilizou mais as privatizações e quanto se foi arrecadado.

Palavras-chave: privatização, vantagens e arrecadado.

ABSTRACT

The privatizing process in Brazil was emphasized in 1985 with the president José Sarney. From there, all the following governments have used this tool for the Brazilian development and growth. The objective of this paper is to measure how much was privatized in each government since 1985 and what was the amount gathered by the state, despite other advantages obtained in the process. The method used in the study is descriptive, with a quantitative approach. The study is focused in the analysis of the policies used by the government of José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco and Fernando Henrique Cardoso. At the end of the study there is a review of the policies used by the governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff. The objective of the quantitative analysis is to evaluate which government used the privatization mechanisms the most and how much was collected.

Key words: Privatization; Advantages; Collection;

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado das Privatizações de 1985 até 1989	38
Quadro 2 – Empresas Privatizadas de 1985 até 1990	39
Quadro 3 – Resultado de Venda por Setor de 1990 até 1994.....	40
Quadro 4 – Empresas Privatizadas de 1990 a 1994	42
Quadro 5 – Resultado de Venda por Moeda de 1990 até 1994	44
Quadro 6 – Resultado de Venda por Investidor de 1990 até 1994.....	45
Quadro 7 – Resultado das Privatizações de 1995 até 2002	47
Quadro 8 – Resultado de Venda por Setor de 1995 até 2002.....	48
Quadro 9 – Empresas Privatizadas de 1995 até 2002	49
Quadro 10 – Resultado de Venda por Investidor de 1995 até 2002.....	53
Quadro 11 – Resultado de Venda por Moeda de 1995 até 2002	53
Quadro 12 – Resultados Acumulados	55
Quadro 13 – Empresas Privatizadas de 2002 até 2008	57

LISTA DE SIGLAS

ACESITA – ArcelorMittal Timóteo

ACRINOR – Acrilonitrila do Nordeste S/A

BANDEPE – Banco do Estado de Pernambuco

BANEP – Banco do Estado da Bahia

BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

BEA – Banco do Estado do Amazonas S.A.

BEG – Banco do Estado de Goiás S.A.

BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais

BENDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BENDESPAR – BNDS Participações

CBE – Companhia Brasileira de Estireno

CBP – Indústria Brasileira de Poliuretanos Ltda

CDPND – Comissão Diretora do Programa Nacional de Desenvolvimento

CDRJ – Porto de Sepetiba

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEG – Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro

GE CELMA – *General Electric Celma S.A.*

CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.

CELPE – Companhia Energética de Pernambuco

CEMAR – Companhia Energética do Maranhão

CEMAT – Central Elétricas Mato-grossense S.A.

CERJ – Centrais Elétricas do Rio de Janeiro S.A.

CESP – Companhia Energética de São Paulo S.A.

CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos

CIQUINE – Companhia Petroquímica.

CMN – Conselho Monetário Nacional

CND - Conselho Nacional de Desestatização
CODEBA – Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODESA – Cais de Paul
CODESP – Companhia Docas da São Paulo
COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COELCE – Companhia Energética do Ceará
COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo
COPERBO – Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
COPESUL – Companhia Petroquímica do Sul
COSINOR – Campanha Siderúrgica do Nordeste
COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CREDIREAL – Banco de Credito Real de Minas Gerais
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVDR – Companhia Vale do Rio Doce
DOU - Diário Oficial da União
EBE – Empresa Bandeirante de Energia.
EE – Empresas Estatais
ELEKTRO – Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A..
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A.
ENERGIPE – Empresa Energética de Sergipe S.A.
ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A..
ES – Espírito Santo
ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getulio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FND – Fundo Nacional de Desestatização
FOSFÉRTIL – Fertilizantes Fosfatados S.A
GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
GOIASFÉRTIL – Goiás Fertilizantes S.A.
IGP-DI – Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LH-CEF – Letra Hipotecária da Caixa Econômica Federal
LIGHT – Light Serviços de Eletricidade S.A.
LULA – Luiz Inácio da Silva
MAFERSA – Materiais Ferroviários S.A.
MEFP – Ministério da Economia Fazenda e Planejamento
MG – Minas Gerais
NITROCARBONO – Nitrocarbono S.A.
NTN-M - Notas do Tesouro Nacional Mobiliária
NUTRIFLEX – Nutriflex S.A
OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento
OHL – Opus Dei
OXITENO – Oxiteno S.A
PARAIBAN – Banco do Estado da Paraíba S.A.
PT – Partido dos Trabalhadores
PETROFÉRTIL – Petrobrás Fertilizantes S.A.
PETROFLEX – Petroflex Indústria e Comércio S.A.
PETROQUISA- Petrobrás Química S.A.
PND – Programa Nacional de Privatizações
POLIALDEN – Polialden Petroquímica S.A.
POLIBRASIL – Polibrasil S.A.

POLIOLEFINAS – Poliolefinas S.A

POLISUL – Petroquímica S.A.

POLITENO – Politenos Indústria e Comércio S.A

PQU – Petroquímica União S.A.

PR – Paraná

RJ – Rio de Janeiro

RS – Rio Grande do Sul

SAELPA – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba

SC – Santa Catarina

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SIDERBRAS – Siderúrgica Brasileira S.A.

SND – Sistema Nacional de Debêntures

SP – São Paulo

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

ULTRAFÉRTIL – Indústria e Comércio de Fertilizantes

USIMINAS- Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Privatizações por Setor de 1990 até 1994	41
Gráfico 2 – Evolução Anual de 1990 até 1994	46
Gráfico 3 – Privatização por Setor de 1995 até 2002.....	48
Gráfico 4 – Evolução Anual de 1995 até 2002	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	25
2. CAPÍTULO I – HISTÓRICO DO PAPEL DO ESTADO.....	26
3. CAPÍTULO II - POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA – JOSÉ SARNEY (1985-1990)	29
4. CAPÍTULO III - POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA – FERNANDO COLLOR DE MELO (1990-1992)	33
5. CAPÍTULO IV - POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA – ITAMAR FRANCO (1992-1994).....	38
6. CAPÍTULO V - POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002).....	45
7. CAPÍTULO VI – UM BALANÇO SETORIAL E QUANTITATIVO – JOSÉ SARNEY (1985-1990).....	50
8. CAPÍTULO VII – UM BALANÇO SETORIAL E QUANTITATIVO – FERNANDO COLLOR DE MELO (1990-1992) E ITAMAR FRANCO (1992-1994)	52
9. CAPÍTULO VIII – UM BALANÇO SETORIAL E QUANTITATIVO – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002).....	59
10. CAPÍTULO IX – AS PRIVATIZAÇÕES HOJE	68
11. CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS.....	74

1. Introdução

Nesta monografia vamos fazer uma análise das privatizações do período de 1985 a 2002, será visto os governos de José Sarney (1985 a 1990), Fernando Collor de Mello (1992 a 1994), Itamar Franco (1992 a 1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Estaremos também enfocando, de passagem, a problemática da privatização nos momentos mais recentes da economia brasileira.

O objetivo geral da pesquisa é verificar quanto se foi privatizado em cada governo e o objetivo específico é saber se as privatizações foram benéficas para o país.

No primeiro capítulo veremos qual é o papel do estado para Smith, Marx e Keynes e a de definição do estado mínimo.

No segundo ao quinto capítulo vamos analisar as políticas usadas nos governos de Sarney até os governos de Fernando Henrique Cardoso.

No sexto ao oitavo capítulo vamos fazer uma análise quantitativa desses governos.

No último capítulo iremos analisar os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que são os governos atuais.

2. Capítulo I - Histórico do Papel do Estado

O papel do Estado começou a ser discutido através das análises de Smith, Marx e Keynes. Esses pensadores têm uma visão diferente do papel do Estado na Economia, iremos verificar que com o passar dos tempos a pergunta que não tem resposta é quanto seria o tamanho do papel do Estado dentro de uma economia. Primeiramente iremos ver como o Smith define o papel do Estado:

Qual deveria ser, então, o papel do Estado para Smith? O Estado deveria: (a) proteger a sociedade contra ataques externos; (b) estabelecer a justiça; e (c) manter obras e instituições necessárias a sociedades, mas não lucrativas e que, por isso, não seriam empreendidas pela iniciativa privada. Ao Estado caberia ainda o controle de emissão de papel-moeda (que não deveria ficar nas mãos dos banqueiros), o controle da taxa de juros, em determinados casos, e até mesmo a proteção da indústria nacional essencial à defesa do país. Uma não-intervenção do Estado na economia era a tese de Smith. (ARAUJO, 1986, p. 31).

Marx definiu o Estado em seu texto chamado Manifesto do Partido Comunista da seguinte forma:

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas. Isto naturalmente só poderá realizar-se, em princípio, por uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. Essas medidas, é claro, serão diferentes nos vários países. Todavia, nos países mais adiantados, as seguintes medidas poderão geralmente ser postas:

1. Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado;
2. Imposto fortemente progressivo;
3. Abolição do direito de herança;
4. Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos;
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo;
6. Centralizarão, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte;

7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral;
8. Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura;
9. Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo;
10. Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classes no curso do desenvolvimento e sendo concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe; se converte-se, por uma revolução, em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói juntamente com essas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos. (MARX, 1988, p. 21).

Keynes tem uma visão mais ampla sobre o papel do Estado na economia:

Por seu intermédio, de fato, é confiado ao Estado a tarefa de não simplesmente de assegurar certos serviços mas, num sentido bem mais imperativo, de assegurar um certo nível de renda nacional. Se a despesa pública é concebida como elemento determinante do nível da renda e do emprego, então o Estado está automaticamente incluído nas forças economicamente decisivas que compõem um sistema social. (NAPOLEONI, 1979, p. 96).

Outra definição do papel do Estado para Keynes:

Estava assim legitimada a ação do Estado como elemento integrante e indispensável ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Ao Estado caberia, portanto, eliminar a carência de demanda efetiva em momentos de recessão e desemprego. Como? Fazendo déficit orçamentário e emitindo títulos para extrair a “renda não gasta” do setor privado e com ela garantir que as máquinas ociosas voltem a operar. E aqui mais dois mitos caem. Até então a poupança era encarada como um dos pilares da moral burguesa. Keynes vem e diz: a causa da depressão é a “poupança excessiva” em face da expectativa de lucro futuro num momento de elevada preferência pela liquidez. Crise, portanto, representa carência de investimento e ociosidade de máquinas e homens, e não, como apregoado,

carência de poupança. Destrói também o mito de que a operação do Estado se deve pautar por grande austeridade financeira, não se gastando mais do que coleta em tributos. Mostra, assim, que em circunstâncias de desemprego o déficit fiscal é uma peça importante para o bom funcionamento do sistema econômico. (KEYNES, 1973, p. 18).

Podemos verificar a diferença entre os três autores, Marx acreditava que o Estado agia somente para a melhoria dos burgueses e o mesmo teria que agir para a maioria, Smith acreditava que o Estado não poderia agir sobre a economia porque ela se ajustava e Keynes definiu o Estado como um regulador da economia onde o mesmo fica responsável pelo o controle de determinados setores.

Agora historicamente algumas economias aparecem que chegaram muito perto de descobrir o tamanho ideal do Estado na economia conforme artigo retirado da Internet de um autor desconhecido:

Às associações econômicas regionais, com diminuição dos protecionismos e atração de investimentos internacionais, acrescentou-se a limitação dos gastos governamentais, com a prevalência da economia de mercado e a busca de um “Estado mínimo”, redirecionando sua atuação e tamanho, com privatizações.

A crescente força privada e a crise do Estado intervencionista deram impulso às pregações neoliberais, cujos principais defensores são o austríaco Friedrich Hayek, Prêmio Nobel de Economia em 1974, com suas idéias anti-keinesianas, seguidas pelos norte-americanos Milton Friedman, Nobel de Economia em 1976, e Robert Lucas, Nobel de Economia em 1995, e outros. Na política, as condições favoráveis ao neoliberalismo só se efetivaram com os governos de Margareth Thatcher (1979) no Reino Unido, Ronald Reagan (1980) EUA, e Helmut Kohl (1982) Alemanha, irradiando-se, em seguida, por todo o mundo.

Cumprindo a nova lógica do capitalismo globalizado, ganhou intensidade, em todos os países, as privatizações, ampliando os espaços econômicos empresariais e também a subordinação dos Estados minimizados à lógica do mercado internacionalizado. (Disponível em: <http://www.grupoescolar.com/pesquisa/o-neoliberalismo-e-o-estado-minimo.html> acesso dia 19/08/2011)

3. Capítulo II - Política Econômica Brasileira – José Sarney (1985-1990)

A concepção do papel do Estado no Brasil mudou a partir do governo Sarney, através do sucesso dos programas de Privatização da Europa e do Leste Europeu, o país resolveu usar esta ferramenta para começar a diminuir a dívida que em grande parte era de responsabilidade das empresas estatais.

O grande problema para o Governo Sarney realizar as Privatizações foi que os grupos ligados diretamente às empresas estatais não estariam contribuindo diretamente a isto e os seus padrões estavam fora da realidade do mercado nacional. Conforme Arnaldo Castelar Pinheiro e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho escreveram em 1991 em seu artigo chamado: Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas:

A privatização avançou no governo Sarney mesmo não havendo vontade política de superar a resistência dos cinco grupos de interesse que poderiam ser prejudicados com a mudança da propriedade das empresas estatais, a saber: a maioria dos funcionários, que recebiam salários acima dos níveis de mercados; fornecedores, que vendiam com grandes lucros; clientes, que compravam os bens e serviços a preços subsidiados; dirigentes, que não precisavam mostrar bons resultados; e políticos, que usavam a empresas de acordo com os seus objetivos pessoais. Adicionalmente, além de a sociedade não estar preparada para aceitar a troca do controle de empresas estatais. (p. 18).

Com todos esses programas o presidente Sarney resolveu criar vários decretos para tentar melhorar e ampliar o programa de privatização, mas eles não tiveram muito sucesso:

Como conseqüência, a administração Sarney implantou, sem sucesso significativo, uma série de decretos presidenciais e projetos de lei reestruturando e ampliando o programa de privatização. Em Novembro de 1985, um decreto presidencial (91991) alterou alguns dos procedimentos do programa de privatização da administração anterior, tentando aumentar a transparência e o apelo político. Em Novembro de 1986, o governo decidiu retomar o processo, emitindo um novo decreto com mudanças mínimas em relação ao anterior. Um terceiro decreto (95886) foi estabelecido com algumas alterações nos objetivos de privatização, incluindo-se a redução do déficit público e da dívida externa (via conversão). Em Janeiro de 1989, uma última tentativa de manter o programa, materializada pela Medida Provisória 26, não aprovada pelo Congresso Nacional, tornava passíveis de privatização todas as empresas estatais, exceto algumas que não podiam

participar em função de restrições constitucionais. (PINHEIRO e OLIVEIRA FILHO, 2001, p. 18).

Além de não ter acordo entre o Executivo e o Legislativo na era Sarney outro fator importante foi o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e da sua subsidiária BNDS Participações (BNDESPAR), onde as duas ficaram respondendo pela maior parte das privatizações deste período. (Castelar Pinheiro, Oliveira Filho).

Outro empecilho para implantar o Programa Nacional de Desestatização (PND) foi à situação política da época, o país vivia uma situação estável porem com grande pressão sobre o nível de atividade.

O programa de desestatização, implantado no Brasil no início dos anos 90, teve como grande obstáculo a situação econômica vigente no país. A economia passada por um período de estabilização, com forte contração do nível de atividade. Este processo de estabilização do qual fazia parte poderia causar estrangulamento no processo de desestatização, uma vez que gerou na econômica forte recessão, atingindo todos os agentes e potenciais compradores das estatais. (APARECIDA DA SILVA, 1997, p. 17).

O governo visando absorver os problemas e incentivar as empresas a serem privatizadas, definiu um conjunto de meios de pagamento a serem aceitos, viabilizando a utilização de passivos pendentes do setor público na compra das ações das estatais.

As Empresas Estatais na maioria das vezes eram consideradas o desequilíbrio das finanças públicas, devido ao grande número de funcionários e a experiência de outros países da América Latina onde essas empresas têm uma parte expressiva do déficit global do setor público. (Arnaldo Castelar Pinheiro, Fabio Giambiagi, 1992).

Para se analisar o processo de desestatização em desenvolvimento no Brasil, é necessário, primeiramente, tomar conhecimento do lado jurídico que conduz os procedimentos adotados nas privatizações. Por ser um assunto da área econômica

e política, requer instrumentos que ofereçam transparência e objetividade ao sistema, evitando assim o surgimento de dúvidas. (Aparecida Silva, 1997).

O PND foi instituído em uma época de grande desequilíbrio da economia brasileira e o maior erro dos governos brasileiros era que queria mudar tudo ao mesmo tempo conforme o economista Eduardo Modiano escreveu em seu artigo chamado Um balanço da privatização nos anos 90 em 1999:

O lançamento do programa de privatização em 1990 foi feito em um ambiente macroeconômico também completamente diferente daquele que vivemos hoje. As dificuldades eram imensas; inflação altíssima, desequilíbrio macroeconômico enorme; não havia um acordo para a dívida externa; em investimento direto estrangeiro nem se falava. (p. 324).

A primeira crítica ao processo de Privatizações foi de que o programa não tinha sido lançado em uma época favorável ao mesmo, e isto, poderia ter efeito muito ruim para a economia brasileira lá na frente.

O governo não tinha muito claro o que queria com o PND conforme o economista do governo na época:

Os objetivos iniciais do programa eram múltiplos e nem nos sabíamos, claramente, quais deveriam ser enfatizados, porque eram muitos e, muitas vezes, conflitantes, o que nos impunha, sempre, um processo decisório bastante complexo. Porque queríamos tudo ao mesmo tempo: queríamos recuperar os investimentos: queríamos desenvolver o mercado de capitais: e tudo isso numa economia que enfrentava uma situação – como eu disse – de grave desequilíbrio, com uma poupança muito pequena, com empresas estatais na sua maioria gerando prejuízos ou poucos lucros, ou seja, um ambiente completamente adverso para a instalação de um programa de privatização. (MODIANO, 1999, p.324).

Conforme o Economista, ex-presidente do BNDES e da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, Eduardo Modiano escreveu acima o governo esta com pouca visão do que queria das privatizações e isto será mostrado através dos números das Privatizações nos próximos capítulos, onde não houve um número expressivo e muitas mudanças de quem seria o fiscalizador das privatizações.

Tendo em vista todas as políticas adotadas pelos governos anteriores começamos o próximo capítulo com as normas exigidas para o PND.

4. Capítulo III - Política Econômica Brasileira – Fernando Collor de Melo (1990-1992)

Em meados da década de 90 o presidente Fernando Collor de Melo com a instituição da Lei número 8.031, no dia 12/04/1990 foi criado o Programa Nacional de Desestatização, que tinha como principal meta transferir a força do poder público para as instituições privadas, visando o maior investimento externo, reduzir o déficit do setor público e o Estado deixando de interferir nessas áreas, alegando que daria prioridade a outros processos que seriam fundamentais a sua participação, como educação, saúde e segurança:

O PND tinha os seguintes objetivos reordenar a posição estratégica do Estado na economia e transferir à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público, contribuir para a redução da dívida pública ao concorrer para o saneamento das finanças do setor público, permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que venham a ser transferidas à iniciativa privada, contribuir para a modernização do parque industrial do país, ao ampliar sua competitividade e reforçar a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais, e contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o programa. (FILHO, LIMA e PEREIRA, 1999, p. 12).

Outro autor que escreveu sobre isso foi o Marco Antonio de Sousa Carvalho 1991 em um texto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA chamado: Privatização, Dívida e Déficit Públicos no Brasil:

A segunda fase iniciou-se com o lançamento do PND em 1990. Tal programa, principal instrumento no processo de privatizações no Brasil, está inserido num contexto de racionalização de recursos públicos, desregulamentação da economia, redução do tamanho e redefinição do papel do Estado. Nesse sentido, o Estado deixaria de atuar diretamente em áreas como indústria, infra-estrutura e serviços, passando à iniciativa privada a responsabilidade pelos elevados investimentos equeridos. O Estado passaria, então, a atuar como regulador e fiscalizador de serviços públicos essenciais como as telecomunicações e os serviços. (p. 3).

O BNDES ficou sendo o responsável pelo funcionamento do PND, tendo uma comissão composta por oito a doze membros sendo três executivos e os outros do

setor privado, e com uma avaliação e parecer de consultores de instituições privadas.

A grande preocupação do BNDES era que os órgãos ou representantes dessas grandes empresas não quisessem aceitar ou tentassem barrar as vendas dessas empresas. Conforme Paiva escreveu em seu artigo “A Privatização no Brasil: Breve Avaliação e Perspectiva” em 1991:

A operacionalização do PND ficou a cargo do BNDES, enquanto gestor do Programa, e de uma comissão diretora, com a função de administrá-lo, composta inicialmente por oito a 12 membros efetivos, sendo três representantes do Executivo e os restantes do setor privado, e apoiada em pareceres de consultores privados. Note-se que, ao contrário da etapa anterior, os ministérios aos quais as empresas estatais incluídas no Programa eram vinculadas ficaram praticamente alijados do processo. O BNDES, com a posição reforçada no processo, temia que os órgãos setoriais criassem obstáculos às vendas das empresas. (p. 105).

Foi criada a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização (CDPND), tendo o BNDES como responsável direto, sua principal função era acompanhar as vendas das empresas estatais para as empresas privadas.

A cada privatização, o governo contratava uma empresa de consultoria para fazer a avaliação econômica financeira, a qual sugeria o preço mínimo a adotar, e uma empresa de auditoria externa que fazia todo o acompanhamento do processo. (Oliveira Filho, 1991)

Foi criado também o Fundo Nacional de Desestatização (FND), um fundo administrado pelo BNDES e de natureza contábil, que ficou responsável de receber depósitos de ações ou quotas de propriedade direta ou indireta da União emitida por empresas que tenham sido incluídas no PND, inclusive as representativas de participações societárias minoritárias no capital de quaisquer outras sociedades. Então, o BNDES, além de desempenhar o papel de agente executor das privatizações, passou a gerir e administrar o FND, no qual são depositadas as ações das empresas privatizáveis.

O PND avaliava as empresas com dois sistemas de consultoria, o primeiro é chamado como Serviço A, que tem como objetivo principal a avaliação financeira da empresa. O segundo é chamado como Serviço B tem a responsabilidade de avaliar a empresa e executar toda a modelagem da empresa, em caso de dívida ou muita diferença entre a análise de resultados do Serviço A com o B a Comissão Diretora poderá requerer uma terceira avaliação de forma a acabar com possíveis

questionamentos. Lembrando que para requerer a terceira avaliação a diferença entre os resultados teria que ser superior a 20%. (Oliveira Filho, 1991)

O Presidente Collor visava com as privatizações modernizar o Estado e a economia, após lançar o PND lançou uma política industrial que dava maior competitividade aos produtos brasileiros, não seguiu os governos anteriores investiu só em pesquisa e desenvolvimento, mas também privilegiando os financiamentos públicos aos setores importantes da economia brasileira. Um fato importante e questionável foi à abertura da economia as importações com a eliminação de barreiras não tarifárias e com a redução das tarifas, criando um ambiente interno mais propício à entrada de capitais. Uma diferente importante foi à inclusão de empresas tradicionais, na lista estabelecida na década de 1950, 1960 e 1970, pela primeira vez esta amadurecendo a idéia de vender empresas que pertencem ao Estado. (Oliveira Filho, 1991).

Quanto às metas criadas, é preciso chamar a atenção para dois pontos tradicionalmente polêmicos em programas de privatização. O primeiro refere-se a déficit público. Distintamente dos casos passados, procura-se frisar que os recursos da privatização não estariam disponíveis para cobrir gastos de custeio ou para financiar gastos sociais, como no processo usado por outros países. A meta fiscal de privatização deveria estar relacionada à compra de dívida pública e não diretamente ao financiamento do déficit de caixa de governo; ou seja, deveria atingir o estoque e não simplesmente o fluxo. Um segundo ponto que muito se discutiu é a questão da venda ao setor privado de monopólios estatais, como no setor de aço, fertilizantes e etc, devido à imagem negativa que poderia ter do governo. A alternativa que o governo usou foi a de motivar a competição, evitando deixar setores estratégicos em mãos de poucos grupos privados, e orientou os responsáveis aos riscos de cartéis nesses setores (Oliveira Filho, 1991).

Conforme José Coelho Matos Filho e Carlos Wagner de A Oliveira escreveram em 1996 em seu texto chamado O Processo de Privatização das Empresas Brasileiras, onde retirei o seguinte trecho:

... há um aspecto notável a ser evidenciado na experiência brasileira, que se traduz na tentativa de diminuir a ação dos monopólios na economia — embora isso não esteja escrito em nenhum diploma legal. Esse resultado tem sido conseguido com a decisão de realizar as privatizações das empresas estatais individualmente, em vez de privatizar as *holdings*. Com

isso, tem sido evitado, por exemplo, que grande parcela do setor siderúrgico fique sob o controle de um único grande grupo econômico. (p. 29).

No artigo 4º da Lei 8.031, o governo demonstra o cronograma que as empresas devem seguir quando é constituída a privatização:

- I – alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente a pulverização de ações junto ao público, empregados, acionistas, fornecedores e consumidores;
- II – abertura de capital;
- III – aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição;
- IV – transformação, incorporação, fusão ou cissão;
- V – alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalação; ou
- VI – dissolução de empresas ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos. (TOIGO APARECIDA, 2006, p. 18).

A estrutura do PND foi criada de acordo com as experiências anteriores, como a do BNDESPAR e do processo português de privatização, o governo buscou criar regras gerais que definissem como as empresas deveriam prosseguir e tentou mostrar o seu compromisso político, para isso foi criado leis, submetendo a uma votação do Legislativo, tendo em vista que a responsabilidade dessas decisões fosse de toda a sociedade e que em última instância do Presidente da República. Com isso houve uma tentativa de impedir disputas ministeriais, que houve nos governos passando dificultando as privatizações. (Oliveira Filho, 1991)

As privatizações partiram de um principio básicos, a que as empresas seriam mais eficientes nas mãos do poder privado, não houve escolha de determinado setor ou empresa a ser privatizada, houve na verdade uma seqüência lógica de menores obstáculos jurídicos, isto explica o caso dos setores a serem privatizados, como petroquímico, siderúrgico e etc. (Oliveira Filho, 1991).

O governo com as privatizações começou a reduzir os passivos e ativos do Estado, sempre visando cortar gastos do setor público. Logo após o governo não enfatizou a venda pulverizada de ações a preços fixos, preferiram colocar em leilões na bolsa de valores, o que propiciou uma receita maior decorrente das privatizações. Por outro lado apesar dos ganhos maiores pela escolha na bolsa de valores, houve uma perda de apoio da opinião pública que poderia ser obtido com a venda pulverizada de títulos a preços subsidiados conforme foi usado na Inglaterra. O que influência diretamente é o fato das moedas não conversíveis em cruzeiro a serem

aceitas na privatização excede e muito o valor das empresas que irão ser privatizadas no curto prazo, o que faz os preços ficarem nominalmente mais altos. (Oliveira Filho, 1991).

O governo Collor privatizou empresas em setores com muita competitividade conforme Arnaldo Castelar Pinheiro e Luiz Chrysóstomo de Oliveira filho escreveram em 1991, em seu artigo chamado Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas.

As empresas a serem privatizadas no governo Collor têm em comum pertencerem a setores razoavelmente competitivos, ou para os quais o processo de liberalização comercial pode rapidamente criar um ambiente de competição. Pelo menos em primeira fase, pretende-se a) reprivatizar empresas absorvidas pelo Estado; b) vender as subsidiárias estabelecidas após a Reforma em 1967, com a desverticalização e de diversificação das grandes EE; e c) transferir para o setor privado as empresas do setor siderúrgico onde, ao contrário do que ocorria nas décadas de 40 e 50, a presença do Estado não parece ser mais essencial. (p. 45).

Os setores aonde tinham monopólio do Estado o governo não deu prioridade nas privatizações, dessa maneira o governo deverá resgatar os setores produtivos que prevaleceu no início da industrialização brasileira, tendo apenas os monopólios naturais, completando com o setor privado e a internacionalização do processo regulatório. (Oliveira Filho, 1991).

5. Capítulo IV - Política Econômica Brasileira – Itamar Franco (1992-1994)

Com o impeachment o governo sucessor ao do Fernando Collor de Melo teve início em 29.12.92 em um clima de desconfiança em relação a todas as políticas desenvolvidas pelo governo anterior, e o PND era considerado uma das políticas reformistas do Governo, então logo teve suspensão da mesma para revisão de determinadas diretrizes do programa. Foram suspensos importantes leilões, como os da Ultrafértil, empresa de fertilizantes do Grupo Petrobrás, e o da Companhia Siderúrgica Nacional, que estavam programados para novembro de 1992 e fevereiro de 1993, respectivamente. (Velasco Jr)

Houve a continuação do PND, tendo em vista que o governo fez algumas alterações criando decretos de regulamentação da legislação e por medidas provisórias, embora as modificações não criassem grandes impactos.

Itamar Franco fortaleceu o programa que passou a atuar em outros setores, chegando a analisar a privatização de empresas como Petrobrás, isso tudo sobre uma grande influência do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Conforme, Filho, Lima e Pereira disseram em 1999:

No governo Itamar, o programa foi fortalecido e ampliado, passando atuar também na viabilização das concessões de serviços públicos, e em possíveis parcerias entre o público e o privado e na discussão sobre uma possível quebra de monopólio das empresas Petrobras, Eletrobrás e Telebrás, particularmente a partir da posse do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. (p. 12).

O governo começou a executar o programa fazendo a privatização das empresas que o governo tinha começado a administrar devido à má administração ou outros motivos, essas empresas na época foram absorvidas pela União por intermédio do BNDES e foi subsidiado pelo BNDESPAR, após isso o governo começou a colocar em prática a privatização das empresas vinculadas ao setor produtivo, as mesmas são estatais desde a sua criação. (Matos Filho, A Oliveira, 1996)

A gestão do Itamar criou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), sua função era analisar fatos ocorridos na execução do PND, isto ocorreu devido a

muitas pressões ocorridas devido à política do governo Collor. (Matos Filho, A. Oliveira, 1996).

As privatizações eram incluídas no Diário Oficial da União (DOU), e em jornais de maior expressão no país, e neste edital continha as justificativas da privatização das empresas, com os seus passivos de curto e longo prazo, pagamento de dividendos e aportes de capital dos últimos 15 anos e tinha o preço mínimo da alienação e seu critério de fixação. (Aparecida da Silva, 1997).

Um dos objetivos das Privatizações no governo era reduzir o déficit público, e a melhor forma, para o governo ter um grande corte nos gastos era vender empresas, uma das formas do governo ganhar com a privatização era o de a empresa ter lucro e o estado ganharia através disto. Outra forma era através da emissão de títulos públicos, desta forma as privatizações se tornam viáveis se o valor presente dos lucros futuros das empresas estatais a serem privatizadas for maior que a taxa de juros paga pelo governo sobre a sua dívida, conforme Arnaldo Castelar Pinheiro e Luiz Chrysóstomo de Oliveira Filho disseram em 1991 no seu artigo chamado: Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas.

Um segundo argumento em favor da privatização se baseia na sua contribuição para a melhoria das contas públicas. A venda de uma estatal poderia contribuir para a redução do déficit público em dois casos. Primeiro, se o setor privado conseguisse aumentar a lucratividade da empresa além daquilo que o estado seria capaz de fazer se colocasse de lado os objetivos não-comerciais da EE, e desde que o estado conseguisse se assenhorar de parte do valor presente desses ganhos de lucratividade. Se isto não ocorrer, a privatização é equivalente a venda de um título, em que o estado recebe uma quantia hoje em troca de um fluxo de rendimentos futuros. Ainda assim, a privatização pode ser vantajosa se os juros que o estado paga na colocação de seus títulos for maior que o retorno que consegue em seus ativos. (p. 46).

Outro objetivo das privatizações era que o investimento nas empresas estatais é muito pouco devido a um estado na época falido e que a transferência de força para o poder privado em boas condições financeiras elevaria o investimento agregado da economia para melhores níveis. A princípio o investimento agregado pode não subir, devido que o governo já planejava usar as receitas das privatizações no resgate das suas dívidas internas e externas. (Oliveira Filho, 1991).

Em 1992, um documento chamado, Privatização: a experiência da BNDESPAR no período 1987-1989, criado pelo Sistema BNDES, mostra algumas das justificativas do governo para as privatizações e também nos mostra que o

governo já estava sofrendo algum tipo de pressão. Abaixo temos alguns trechos de destaque. Apud Privatização: Mitos e Falsas Percepções – Lício Velasco Jr.

- o elevado número de empresas controladas pela BNDESPAR concentrava mais 50% do volume dos seus desembolsos no período 1982-1985, que se voltavam basicamente para custear gastos decorrentes das controladas, relegando o segundo plano os investimentos em participações minoritárias, conforme o objeto social dessa instituição;
- verifica-se um direcionamento de esforços no acompanhamento financeiro e operacional dessas empresas, tendo em vista que elas se encontravam, como regra, em situação extremamente crítica;
- os aportes de capital nas empresas controladas se revelavam ineficazes, em face de contexto que envolvia as empresas estatais: dificuldade em se garantir uma administração profissional, reduzida flexibilidade gerencial para operar em mercados competitivos e dificuldade em se manter uma política estável e reajustes de preços, em função da prática vigente de utilizar empresas estatais para combater a realimentação inflacionária; e
- a BNDESPAR passou a acusar sucessivos prejuízos no período 1982-1987, cujas causas eram atribuídas ao exposto nos itens anteriores. (p. 189).

Neste período foram vendidas empresas de grande porte que tenham sido 100% estatal desde o seu início e um dos principais setores a serem privatizados foi o siderúrgico, devido ao grande endividamento mesmo após a tentativa de saneamento, segundo Marco Antonio de Sousa Carvalho: “Entre 1991 e 1994, diversas empresas foram alienadas, muitas das quais deficitárias. As empresas privatizadas concentravam-se em setores industriais, tais como siderurgia, petroquímica e fertilizante”.

Essa fase foi marcada pela utilização, das moedas de privatização como forma de pagamento:

No que se refere aos meios de pagamento aceitos para a aquisição de bens e direitos no âmbito do PND, segundo a Portaria do MEFP, à época, Ministério da Economia Fazenda e Planejamento nº 263, de 22 de abril de 1991, **permitir-se-á** a utilização de **moedas de privatização**, que generalizadamente podem ser definidas como diversos tipos de títulos públicos, cada qual com características próprias. O Presidente da República, recomendado pelo CND, definirá esses meios de pagamento, “desde que se admita moeda corrente, aceite-se as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, as Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal - LH-CEF, bem como os créditos líquidos e certos contra a União, que gozem de garantia do Tesouro Nacional”. Como será visto no capítulo seguinte, com exceção dos títulos originários de dívida externa, estas moedas são aceitas, ao par com a moeda corrente nacional, isto é, cada uma é cotada pelo seu valor de face, independentemente do seu fluxo financeiro (juros, prazo de vencimento, carência, etc). Para tanto, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, divulgará mensalmente no DOU, e nos terminais da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos

- CETIP, o preço unitário de cada papel. (APARECIDA DA SILVA, 1997, p. 12).

As moedas de privatização são títulos públicos que foram emitidos anteriormente ao PND e passaram a ser aceitos como pagamento no processo de Privatização, e tem os títulos que foram emitidos após a sua criação e puderam ser usadas no processo. Esses papéis tinham um valor presente baixo, e a maioria deles valiam metade do valor de futuro, e os mesmo eram negociados no mercado secundário com muita depreciação, sua utilização era na compra de ações das empresas privatizadas, e o restante com a moeda nacional, isso sempre foi ponto de polêmica devido às grandes perdas dos cofres públicos com esses títulos:

Afirma-se que a aceitação desses ativos pelo seu valor de face acarretaria perdas fiscais para o Tesouro que, além de reduzir o montante dos recursos recebidos em *cash*, perderia a oportunidade de apropriar-se do deságio desses títulos no mercado. O governo, por sua vez, defende-se com o argumento de que as moedas de privatização são títulos criados com a possibilidade de serem utilizados nas privatizações, além de afirmar que o uso desses papéis pode aumentar o número de compradores, elevando conseqüentemente o preço de venda das empresas. (APARECIDA DA SILVA, 1997, p. 16).

Após muita discussão, o governo decidiu os ativos que seriam aceitos como forma de pagamento nas privatizações:

- 1) O Cruzado Novo, à época*;
- 2) Moeda corrente no Brasil;
- 3) Certificados de Privatização**;
- 4) Títulos e créditos externos***;
- 5) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento****;
- 6) Letras Hipotecárias da Caixa Econômica Federal*****;
- 7) Debêntures da SIDERBRÁS*****;
- 8) Outras dívidas do Governo Federal ou de entidades direta ou indiretamente por ele controladas – créditos securitizados *****;
- 9) Títulos de Dívida Agrária*****; e
- 10) Notas do Tesouro Nacional, série M – NTN – M. ***** (APARECIDA DA SILVA, 1997, p. 17).

* Moeda que foi bloqueada em 1990 pelo Banco Central, era aceito meio de pagamento na compra das estatais. (Viviane Aparecida da Silva)

** Foram emitidos pelo Tesouro Nacional, criado exclusivamente para facilitar o processo de desestatização, sua emissão foi feita através da Lei nº. 8.018, de 11 de abril de 1990 e as condições de aquisição desses títulos foram estabelecidas pela Resolução CMN nº. 1.721, de 27 de Junho de 1990. É recebida como

contribuição compulsória de instituições financeiras, sociedades seguradoras e entidades de previdência privada, baseada nos saldos contábeis de contas especificam do patrimônio líquido dessas instituições. Os Títulos são registrados no Banco Central do Brasil e pode ser consultado através do Sistema de Informação do Banco Central. (Viviane Aparecida da Silva)

*** São títulos e créditos de responsabilidade do Tesouro Nacional e representam dívidas externas adquirido pelo governo e empresas brasileiras. São de médio e longo prazo não paga devido à crise cambial. Sua utilização no PND foi determinada pela Resolução CD/PND nº 4.3.91 e regulada pela Resolução CMN nº 1.810/91. Inicialmente a utilização desses papéis estava sujeita a deságios de até 25% (vinte e cinco) sobre o valor de face, mas a partir de setembro de 1995, uma Resolução do CMN eliminou essa restrição, passando esses papéis a serem aceitos a par. (Viviane Aparecida da Silva)

**** Através do Fundo Nacional de Desenvolvimento com o objetivo de financiar investimentos e fomentar o crescimento da iniciativa privada nesse caminho. Consistia basicamente de quotas a serem subscritas pela União com recursos orçamentários, além de participação obrigatória - conforme o Decreto nº 2.288/86 - de entidades de previdência privada patrocinadas por empresas públicas e afins (no montante de 30% (trinta) das reservas técnicas). Dessa forma foram criadas as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), que resultaram dos créditos oriundos desses “depósitos compulsórios”. A atualização monetária desses títulos se dá de acordo com a data de emissão. Seu prazo de maturação é de dez anos e o pagamento de juros é feito ao primeiro dia de cada mês, a uma taxa efetiva de 6% (seis) ao ano. O principal é pago no prazo do título, não podendo ser feitas amortizações. São nominativas e negociáveis e a sua liquidação financeira pode ser feita na aquisição de empresas estatais no âmbito do PND. (Viviane Aparecida da Silva).

***** Foram emitidas, com autorização do Conselho Monetário Nacional, em três séries distintas (CEF 920100, CEF 920101 e CEF920102), para pagamento de débitos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). A criação deste fundo teve como finalidade cobrir saldos devedores residuais originados pela diferença entre os reajustes de prestações, efetuados com base em plano de equivalência salarial, e do saldo devedor de financiamentos concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), e a Caixa Econômica Federal, na

qualidade de administradora do FCVS, poderão utilizar no pagamento dos débitos do Fundo para com os agentes financeiros, desde que aceitas pelos mesmos.

***** As Debêntures da SIDERBRÁS, firmada em setembro de 1988. O vencimento dessas debêntures se dará em 16.11.2000. O pagamento de juros é feito à taxa de 6% (seis) ao ano, sendo capitalizados de forma variável. A atualização monetária é realizada mensalmente pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a amortização são variáveis. As debêntures da SIDERBRÁS estão registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), gerenciado pela CETIP, entretanto são negociadas como moedas de privatização. (Viviane Aparecida da Silva).

***** Os créditos securitizados resultam da renegociação de dívidas contratuais vencidas e não pagas de responsabilidade da União. Incluindo dívidas originárias, além das assumidas de empresas extintas e afins pela União. São aceitos, ao par, como moeda na aquisição de empresas desestatizadas e podem ser negociados no mercado secundário por intermédio da CETIP. (Viviane Aparecida da Silva).

***** São títulos nominativos e negociáveis, criados para pagamento de indenizações de desapropriação de terras realizada pela União para fins de reforma agrária, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Com a publicação do Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, eram emitidos e de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi transferido para a Secretaria do Tesouro Nacional, sendo as atribuições de gestão, controle, lançamento, resgate e pagamento de juros feitos diretamente pelo Tesouro. (Viviane Aparecida da Silva).

***** As Notas do Tesouro Nacional (NTN-M), são títulos da dívida mobiliária que passaram a ser aceitos como moedas de privatização por determinação do Decreto nº 1.837, de 6.12.95. Podem ser usadas, na aquisição de ações das empresas estatais. Possui um fluxo relativamente atrativo, não há interesse em usá-las de fato na compra de estatais. (Viviane Aparecida da Silva).

O governo utilizou várias moedas como forma de pagamento devido à grande interesse do mesmo nas privatizações, sabia também que a situação econômica brasileira não aceitava grandes exigências devido a grandes déficits no setor público.

Outra ferramenta que o governo poderia ter usado seria a “Privatização Popular”, que seria a venda das ações de médias e grandes empresas para a população em geral, e traria benefícios para o governo, conforme Armando Castelar Pinheiro escreveu em 1994, em seu texto chamado: “A Privatização tem Jeito”:

A chamada privatização popular, com a venda de ações de médias e grandes empresas para os trabalhadores e a população em geral, é um instrumento fundamental para dar legitimidade política e acelerar o processo de desmobilização do Estado. Entre suas vantagens tem-se: **a)** ela distribui os benefícios da valorização do preço de venda das empresas; **b)** ela diminui o risco de reestatização das estatais vendidas; e **c)** ela é um importante elemento de estímulo ao desenvolvimento do mercado acionário. (p. 19).

Para finalizar, não podemos esquecer que as privatizações não era a solução para todos os problemas do governo, era apenas mais uma forma de tentar estabelecer uma economia estável, o que devemos enfatizar que as privatizações demoram algum tempo para acontecer e que as medidas para aumentar a eficiência das empresas estatais e não devem esperar sua transferência para o setor privado, a própria experiência internacional nos mostra que podemos ter ganhos de produtividade antes mesmo das privatizações.

6. Capítulo V - Política Econômica Brasileira – Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Não podemos começar a falar do Governo do Fernando Henrique Cardoso não comentando sobre a estabilização da economia, Arnaldo Castelar Pinheiro escreveu em 2000 no Rio de Janeiro os pontos importantes para o desenvolvimento da privatização em seu artigo chamado A Experiência Brasileira de Privatização: O que vem a seguir?:

a) Os repetidos fracassos dos sucessivos governos em controlar a inflação limitou sua habilidade de seguir um programa mais agressivo de privatização. O sucesso do Plano Real na obtenção da estabilização deu ao governo a alavancagem política requerida para obter as emendas constitucionais necessárias no Congresso, de maneira a estender a privatização aos setores de telecomunicações e gás e para facilitar seu progresso nos segmentos de mineração e energia elétrica.

b) Para sustentar a estabilidade de preços, o governo precisava ter disciplina fiscal, e isso limitou sua capacidade de realizar os altos níveis de investimento necessários para aumentar a oferta na velocidade requerida para a recuperação do crescimento econômico. Também por questões fiscais, a política econômica limitou o acesso das estatais aos financiamentos interno e externo.

c) Os estados viam na privatização uma importante fonte de financiamento, que lhes permitiria reduzir sua dívida (registrada e não-registrada) e, em alguns casos, expandir os gastos. Além disso, nos contratos de reestruturação da dívida dos estados, o governo federal incluiu cláusulas que os obrigavam a amortizar parte do principal, o que só poderia ser obtido com a venda de seus ativos, isto é, com a privatização [Pinheiro e Giambiagi (2000)]. Um estímulo adicional foi fornecido pelos contratos dos estados com o BNDES, o que possibilitou a tomada de empréstimos à conta da receita futura das privatizações.

d) A própria estabilidade e a mudança na percepção do potencial de risco e de crescimento do mercado brasileiro – que se refletiram, por exemplo, no alto crescimento dos fluxos de investimento estrangeiro direto – ajudaram a aumentar o valor dessas empresas, tornando a privatização mais interessante tanto para o setor público como para os investidores privados.¹³

e) O sucesso das privatizações realizadas no período 1991/94, evidenciado pelo aumento da eficiência e dos investimentos das empresas, ajudou a aumentar o suporte político para o programa. Pinheiro (1996) mostra que a privatização melhorou substancialmente o desempenho das antigas estatais, com aumentos significativos das vendas efetivas, das vendas por empregado, do lucro líquido, do patrimônio líquido dos acionistas, do investimento, dos ativos fixos e do índice entre investimentos e vendas. A eficiência praticamente dobrou quando medida em termos de vendas por empregado, aumentando 83% quando aferida por produtividade da mão-de-obra. A lucratividade passou de negativa para positiva, o patrimônio líquido dos acionistas aumentou quase cinco vezes, enquanto a dívida diminuía e a liquidez aumentava. O investimento médio também quase quintuplicou, aumentando mais de quatro vezes como proporção das vendas e mais do que o dobro em relação aos ativos fixos. As vendas por empregado aumentaram em 92% das empresas, o lucro líquido subiu em 78%, os investimentos tiveram incremento em 93% e a produtividade da mão-de-obra cresceu em todas elas. (p. 20).

Um dos pontos mais importantes para o processo de privatização foi o Plano Real, a mudança da moeda trouxe uma credibilidade para o país e trouxe mais investimentos externos.

A partir de 1995, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, foi conferida maior prioridade à privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos da reforma do Governo do Fernando Henrique Cardoso, sendo parte integrante do Programa de Governo, e o Conselho Nacional de Desestatização (CND) foi criado em substituição à Comissão Diretora. (Privatização no Brasil 1990-1994 e 1995-2002).

Agora do estado começou a privatizar os serviços públicos, e nesta linha foram incluídos os setores elétrico, financeiro e as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos e telecomunicações. (Privatização no Brasil 1990-1994 e 1995-2002).

Um dos principais objetivos tem sido o de proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, através de aumento de investimentos a serem realizados pelos novos controladores. Conforme Bolívar Pêgo Filho, Edilberto Carlos Pontes Lima e Francisco Pereira disseram em 1999 com o artigo chamado: Privatização, Ajuste Patrimonial e Contas Públicas no Brasil:

Ao Iniciar o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deu-se continuidade do programa, foram encaminhadas ao Congresso Nacional as propostas de concessão de serviços na área de transportes (rodovias, ferrovias, e portos) e a criação das agências reguladoras de setores de petróleo e gás, energia elétrica e telecomunicações. (p. 13).

A Medida Provisória nº 1.481-49, de 15/05/1997, transferiu a coordenação da desestatização das instituições financeiras federais para o Banco Central do Brasil.

O CMN (Conselho Monetário Nacional) passou a ser responsável pela aprovação das medidas necessárias ao processo, cabendo ao CND propor ao presidente da República o percentual mínimo de moeda corrente a ser aceito em pagamento nos leilões. Com esta medida houve uma redução do uso de moedas de privatização e teve um ingresso de moeda corrente de aproximadamente 95%, conforme relatório Privatização no Brasil 1990 – 1994 1995 a 2002, disponível em meio eletrônico.

O governo do Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a dar concessões de serviços públicos como recuperação de estradas e saneamento básico a empresas privadas. O grande argumento do governo era que teria um aumento de investimento pelos novos controladores e com isso uma melhoria nos serviços prestados. (Matos Filho, A Oliveira, 1996)

O serviço público é a atividade que pessoas ligadas ao governo exercem diretamente ou indiretamente, sempre com a finalidade de satisfazer as necessidades públicas desde que esteja dentro da lei. Assim ela pode ser centralizada, é quando o setor público realiza com as suas próprias forças e é de responsabilidade dele. E tem a descentralizada que é a transferência do poder para terceiros desde que seja através de leis, permissão ou autorização e através de concessão, conforme José Coelho Matos Filho e Carlos Wagner de A. Oliveira escreveram em 1996 em seu texto chamado: O processo de Privatização das Empresas Brasileiras.

O serviço público pode ser definido como toda atividade material exercida pelo poder público, direta ou indiretamente, mediante delegação, com a finalidade de satisfazer às necessidades coletivas sob o regime do direito público, caracterizado pela subordinação do interesse particular ao interesse coletivo. Assim, a prestação de serviço público pode ser centralizada — quando o poder público a realiza por meio de suas próprias repartições, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade — ou descentralizada — com a transferência da titularidade do serviço, outorgada, por lei, às autarquias ou outras entidades paraestatais, ou simplesmente com a transferência da execução do serviço, delegada a particulares, por ato administrativo bilateral (contrato de concessão) ou unilateral (permissão ou autorização). (p. 19).

Agora determinados serviços públicos não é mais de responsabilidade do governo, ele simplesmente determina algumas regras básicas para que a iniciativa privada exerça as mesmas:

a Lei das Concessões brasileira objetiva: a) fixar as bases para a delegação da prestação de serviços públicos no Brasil; b) por meio da permissão para formação de consórcios, abrir a possibilidade de participação do capital externo na prestação de serviços públicos; c) por meio da renovação das concessões mediante licitações, permitir a rotatividade dos concessionários; e d) eliminar os subsídios governamentais, impondo ao concessionário o risco empresarial. (MATOS FILHO e OLIVEIRA, 1996, p. 19).

Através desta lei o governo direciona a determinados setores que a intenção é ter melhores serviços com baixos preços, o governo esta tendo transferir poder para que possa agir em setores mais importantes:

Em termos concretos, a lei direciona-se principalmente aos setores de infraestrutura e serviços de saneamento. No que concerne à infra-estrutura, a proposta objetiva alcançar três setores básicos: elétrico, transporte e telecomunicações. A intenção é ampliar a capacidade instalada nessas áreas e oferecer, com isso, serviços de melhor qualidade ao menor custo. Quanto ao setor saneamento, a proposta propõe alcançar principalmente os serviços de água e esgoto. (MATOS FILHO e OLIVEIRA, 1996, p. 19).

Com a criação da lei o governo estava concedendo os serviços públicos para as empresas privadas, visando dar importância a regulação e a fiscalização desses serviços. Um ponto que o governo salientou foi que seria um sistema organizado de direitos e obrigações muito claro, onde os investidores teriam garantias. Este é um dos papéis mais complexo do governo, pois ele tem que proteger o investidor nas privatizações e tem que proteger a população para que não seja a maior prejudicada nesta história.

A importância de uma boa regulamentação para o sucesso da privatização foi reconhecida por todos os setores. Com variados graus de sucesso, foi feito um esforço para decidir as regulamentações antes da privatização, e onde isso não ocorreu os contratos de concessão continham várias cláusulas regulatórias. Houve também a preocupação de introduzir a concorrência nos setores que estavam sendo privatizados, através da criação de uma estrutura industrial não-monopólica, pelo menos em escala nacional, quando várias estatais foram separadas tanto horizontal quanto verticalmente antes da privatização. (Arnaldo Castelar Pinheiro).

Agora estamos em um momento muito importante da história, o governo inverteu as suas obrigações passando a ser regulador de determinados serviços deixando de ser responsável, o estado mostrou sua fraqueza na administração pública e acabou redefinindo as suas obrigações, deixando de ser o executor e passou a ser o organizador de determinados serviços.

Desde a sua criação o PND visou à concorrência, a industrialização e a diminuição dos déficits públicos, no final do período do Fernando Henrique Cardoso no governo, pela primeira vez esta se concretizando esses três objetivos, teve várias sugestões de melhoria e teve varias críticas durante esse longo período do Programa Nacional de Desestatização.

O Fernando Henrique Cardoso sempre foi chamado de neoliberal, conforme trecho retirado do texto chamado: O Governo FHC e o neoliberalismo, escrito por João José de Oliveira Negrão podem verificar porque algumas pessoas o chamam dessa maneira.

Mas há outras atitudes e medidas que permitem enquadrá-lo nessa caracterização, tomando por base o conceito mais operacional desenvolvido por Luis Fernandes. Vejamos:

- 1) Há estudos no Ministério do Trabalho para permitir a precarização legal da contratação de trabalhadores.
- 2) As reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica tentam abrir espaço para o mercado, diminuindo o papel do Estado.
- 3) Sofremos de “executivimos” nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das *medidas provisórias* ou de projetos enviados ao Congresso. Ao mesmo tempo, se procura evitar que oposição modifique determinadas medidas, através do fim dos chamados *destaque de votação em separado*.
- 4) O programa de privatização continua em marcha, ainda aceitando as moedas podres.
- 5) A taxa de juros, mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo.
- 6) A falta de medidas protecionistas leva de roldão setores inteiros da economia brasileira, como calçados, têxteis e autopeças. E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coréia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochila e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário beira os 30 dólares mensais.

Essas, entre outras, permitem caracterizar o governo FHC com sendo cunho neoliberal: somadas, essas medidas mostram a tendência deste governo: retirar os eventuais obstáculos a acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo – ou mesmo médio – prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão. Dessa forma, estaremos no Primeiro Mundo em breve. Até porque, lá também esta se desenvolvendo ilhas de consumo e riqueza ladeadas por um aumento de exclusão e da miséria. Os pobres da Inglaterra pós-Thatcher e dos Estados Unidos pós-Reagan que o digam. (p. 7, apud Luis Fernandes).

No próximo capítulo vão ver os números das vendas destas empresas e analisar estes números verificando se os mesmos foram viáveis para o Governo Brasileiro.

7. Capítulo VI – Um Balanço Setorial e Quantitativo – José Sarney (1985-1990)

No quadro abaixo podemos verificar que houve um pequeno número de empresas privatizadas pelo governo Sarney conforme tabela abaixo retirada do artigo da Selene de Souza Siqueira chamado de Instituições e Privatização: Uma Análise do Programa Brasileiro de Desestatização:

Resultado das Privatizações de 1985 até 1989

Período	Receita de Vendas	Dívida Transferida	Resultado Total (milhões US\$)
1985-1989			1169,00

Fonte BNDS

Na tabela abaixo iremos verificar detalhadamente as privatizações analisando as empresas que foram privatizadas, quem as controlava e o número de empregados. Esta tabela foi retirada do artigo chamado de Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas escritos por Arnando Castelar Pinheiro e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho.

Empresas Privatizadas de 1985 até 1990

<i>Empresa</i>	<i>Controlada por</i>	<i>Ativos Totais</i>	<i>Nº de Empregados</i>	<i>Data da Venda</i>
Cia. Melhoramento Blumenal - Grande Hotel Blumenal	Governo Federal	286	53	ago/86
Cia. Nacional de Tecidos Nova América	BNDES	49635	3712	jun/87
Máquinas Piratininga do Nordeste	BNDES	2361	333	jul/87
Máquinas Piratininga S.A.	BNDES	24056	1085	set/87
Eng. Hidráulica e Instrumento S.A.	EMBRAER	2275	12	jan/87
Ferritas Magnéticas S.A.	CVDR	1375	40	dez/87
Eletrosiderúrgica Bras. S.A.	BNDES	13254	1200	abr/88
Aracruz Celulose	BNDES	101953	1273	mai/88
				jun/88
				mar/89
Cia. Guatapara de Celulose / Papel	BNDES	101398	296	mai/88
Caraíba Metais S.A.	BNDES	1491659	3958	ago/88
Cia. Sider. de Mogi da Cruzes	SIDERBRAS	43418	772	set/88
Cimental - Siderúrgica S.A.	BNDES	63725	4682	set/88
Cia. Brasileira de Cobre	BNDESPAR	32809	964	abr/89
Cia. Brasileira de Zinco				
Mineração Carmec				
Cia. de Celulose da Bahia	BNDESPAR	99655	190	jul/87
Ci.a de Ferro e Aço Vitória	SIDERBRAS	102176	2550	jul/89
Usina Siderúrgica da Bahia	SIDERBRAS	131659	1473	out/89
Total		2261694	22707	

8. Capítulo VII – Um Balanço Setorial e Quantitativo – Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994)

Nesta análise quantitativa, vamos trabalhar com os governos do Fernando Collor de Melo e do Itamar Franco juntos, devido aos dados fornecidos pelo governo onde os mesmos estão conjuntamente. Devido aos dados estarem acoplados vai trabalhar do período de 1990 a 1994.

Vamos ver os resultados mostrados pelo governo, verificando quanto foi transferido de dívida e quanto foi receita dessas privatizações, vamos analisar do período de 1990 a 1994, abrangendo os anos de presidência do Collor e do Itamar.

Resultado de Venda por Setor - 1990 a 1994				US\$ milhões
Setores	Empresas	Receita de Vendas	Dívida Transferida	Total
Siderúrgico	8	5.562	2.625	8.187
Petroquímico	15	1.882	296	2.178
Fertilizantes	5	418	75	493
Outros	4	350	269	619
Decreto 1.068	1	396	1	397
Total	33	8.608	3.266	11.874

Fonte BNDES

Conforme tabela acima, verificamos que de 1990 a 1994 foram privatizadas 33 (trinta e três) empresas, destas empresas 18 (dezoito) eram controladas pelo Estado e 15 (quinze) participações minoritárias da Petroquisa e Petrofertil. Neste período foram realizados ainda 8 (oito) leilões de participações minoritárias no âmbito do Decreto nº 1.068. (Privatização no Brasil 1990-1994 e 1995-2002)

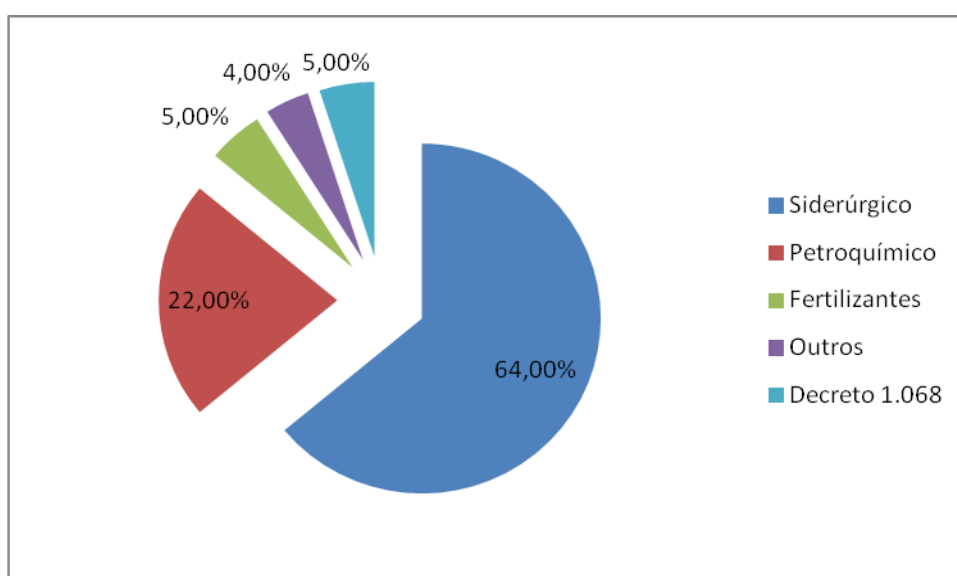
Com o valor arrecadado com a receita de vendas de US\$ 8.608 bilhões, somados aos US\$ 3.266 bilhões de dívidas que foram transferidos para os compradores, no caso o setor privado, chegamos ao valor total de US\$ 11,8 bilhões que o Estado arrecadou com as privatizações.

Conforme vimos anteriormente os Setores Siderúrgico e Petroquímico foram os que mais tiveram essa transferência do setor público para o privado, o setor

petroquímico teve mais empresas privatizadas, mas teve menores preços. Já o setor siderúrgico teve praticamente metade de empresas privatizadas em comparação ao setor químico, mas como os valores são mais considerados teve uma participação mais significativa nas privatizações.

No gráfico abaixo vamos verificar percentualmente quando representou cada setor privatizado para o montante arrecadado com as privatizações.

Privatizações por Setor de 1990 até 1994



Fonte BNDES

O Setor siderúrgico foi o que mais arrecadou para o Estado, ficando com a fatia de 64% (sessenta e quatro) do total arrecadado, o segundo foi o petroquímico vindo a seguir o setor de fertilizantes, outros e o decreto 1.068.

Abaixo veremos detalhadamente a tabela com as empresas que foram privatizadas, podendo verificar detalhadamente cada privatização do período de 1990 a 1994.

Empresas Privatizadas de 1990 a 1994

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total (US\$ milhões)
Siderurgia	Usiminas	24/10/1991	1941,20	361,10	2302,30
	Piratini	14/2/1992	106,6	2,4	109,00
	CST	16/7/1992	353,6	483,6	837,20
	Acesita	22/10/1992	465,4	232,2	697,60
	Cosinor	14/11/1992	15	0	15,00
	CSN	2/4/1993	1495,3	523,9	2019,20
	Cosipa	20/8/1993	585,7	884,2	1469,90
	Açominas	10/9/1993	598,5	121,9	720,40
Total	8		5561,3	2609,3	8170,60

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total
Petroquímica	Petroflex	10/4/1992	861,5	9,2	870,7
	Copesul	15/5/1992	25,9	0	25,9
	Alcalis	15/7/1992	81,4	5,7	87,1
	Nitriflex	6/8/1992	26,2	9,2	35,4
	Polisul	11/9/1992	56,8	131	187,8
	PPH	29/9/1992	59,4	35	94,4
	Copene	3/12/1992	270,4	324,6	595
	Poliolefinas	19/3/1993	87,1	0	87,1
	Oxiteno	15/9/1993	53,9	2	55,9
	PQU	24/1/1994	287,5	40,9	328,4
	CBE	12/8/1994	10,9	0	10,9
	Coperbo	16/8/1994	25,9	0	25,9
	Ciquine	17/8/1994	23,7	0	23,7
	Polialden	17/8/1994	16,7	0	16,7
	Acrinor	17/8/1994	12,1	0	12,1
	Politeno	18/8/1994	44,9	0	44,9
Total	16		1944,3	557,6	2501,9

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total
Fertilizantes	Indag	23/1/1992	6,8	0	6,8
	Fosfértil	12/8/1992	182	44	226
	Goiásfértil	8/10/1992	13,1	9,3	22,4
	Ultrafértil	24/6/1993	205,6	20,2	225,8

	Arafertil	15/4/1994	10,8	1,8	12,6
Total	5		418,3	75,3	493,6

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total
Outros	Celma	1/1/1991	91,1	4,5	95,6
	Mafersa	11/1/1991	48,8	0,5	49,3
	CNBP	14/1/1992	12	0	12
	Caraíba	24/7/1994	5,8	0	5,8
	Embraer	7/12/1994	192,2	263,4	455,6
Total	5		349,9	268,4	618,3

Fonte: Secretaria de Desestatização; elaboração CGPPD/SEST.

Conforme tabela acima verificamos que a privatização de algumas empresas foi muito importante devido à quantidade arrecadada através da receita das vendas, um exemplo bem claro disso é o caso das empresas Usiminas e CSN para o setor siderúrgico, o somatório das duas receitas chega a aproximadamente US\$ 3.436 bilhões isto representa 61% (sessenta e um) da receita de vendas do setor siderúrgico. E isto não foi diferente em outros setores, o setor de fertilizantes tem a Ultrafertil totalizando 49% (quarenta e nove) da receita de vendas do setor.

Agora vamos verificar quanto foi utilizado de cada moeda nas privatizações, conforme quadro abaixo com fonte nos dados apresentados pelo Governo no texto Privatização no Brasil de 1990 a 1994 e 1995 a 2002.

Resultado de Venda por Moeda Utilizada - 1990 a 1994

Tipo da Moeda	Receita de Venda (US\$ milhões)	%
<i>Dívidas Securitizadas - Débitos Internos do Governo</i>	2.780	32%
<i>Debêntures Siderbrás</i>	1.352	16%
<i>Certificados de Privatizações</i>	1.282	15%
<i>Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento</i>	624	7%
<i>Títulos da Dívida Agrária</i>	566	7%
<i>Letras Hipotecárias da CEF</i>	301	3%
<i>Créditos e Títulos da Dívida Externa</i>	69	1%
Total Títulos	6.974	81%
Moeda Corrente	1.634	19%
Total	8.608	100%
	Última Atualização dia 26/08/2002	

Fonte BNDES

Conforme tabela acima podemos verificar que os mais usados são títulos representativos da dívida pública federal, chamados de “moedas de privatização”, foram muito utilizados como meio de pagamento em decorrência da prioridade dada pelo Governo ao ajuste fiscal. Esses títulos representaram 81% (oitenta e um) da receita obtida com as vendas das empresas, e temos somente 19% (dezenove) das privatizações usando a moeda corrente do país neste período. (Privatização no Brasil 1990-1994 e 1995-2002).

Isso foi algo muito contestado, pois o governo aceitava esses títulos pelo seu valor de face, sendo que os mesmos estavam sendo negociados com pelo menos 50% (cinquenta) de deságio no mercado secundário conforme Marco Antonio de Sousa Carvalho escreveu em seu artigo chamado Privatização, Dívida e Déficit Públicos no Brasil:

As moedas de privatização sempre foram objeto de muitas críticas, em razão do seu baixo valor presente na maioria dos casos inferior a 50% do valor de face, sendo negociadas no mercado secundário com elevados deságios. As maiores críticas à sua utilização concentravam-se na alegação de que a aceitação desses papéis pelo valor de face acarretaria perdas fiscais para o Tesouro Nacional. (p. 37).

O uso dessas moedas foi uma forma de incentivo as empresas privadas a comprar empresas estatais, e o governo conseguiu através destes títulos alterar o perfil da sua dívida pública e renegociar a juros mais baixos, com isto, foi criado um instrumento muito importante de redução de custos de refinanciamentos de dívidas da União. (Marco Antonio de Souza Carvalho, 1991).

Como comentamos anteriormente o governo do Fernando Henrique trouxe muitos investimentos externos, no governo do Collor e do Itamar não houve esse tipo de investimento conforme demonstra a tabela abaixo com fonte nos dados apresentados pelo Governo no texto Privatização no Brasil de 1990 a 1994 e 1995 a 2002.

Resultado de Venda por Investidor - 1990 a 1994

Tipo de Investidor	Receita de Vendas (US\$ milhões)	%
Empresas Nacionais	3.116	36%
Instituições Financeiras	2.200	25%
Pessoas Físicas	1.701	20%
Fundos de Pensão	1.193	14%
Investidor Estrangeiro	398	5%
Total	8.608	100%

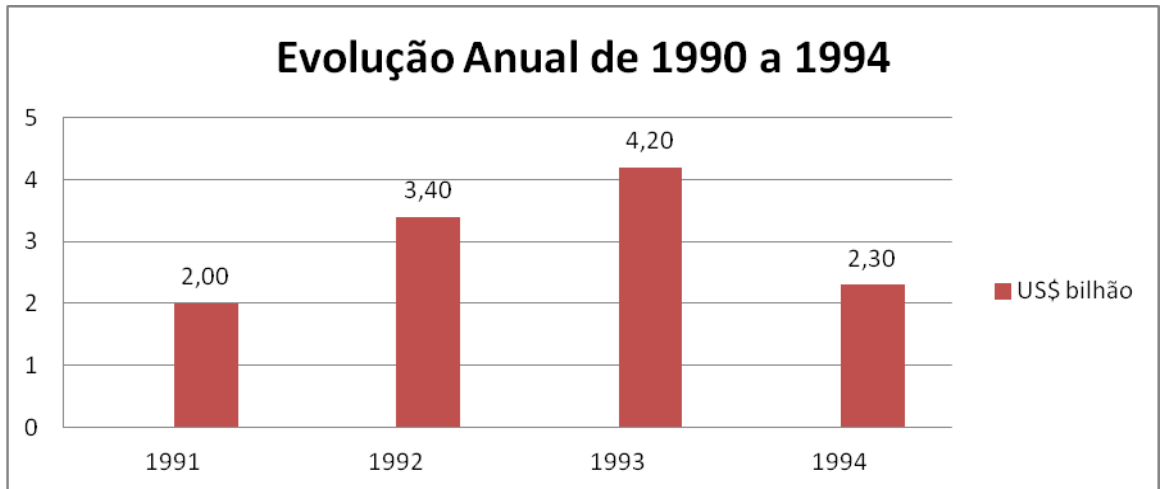
Fonte BNDES

A tabela acima nos mostra que nas receitas das vendas tivemos um investimento de US\$ 3.116 bilhões de empresas nacionais, e houve um investimento de US\$ 2.200 bilhões das instituições financeiras.

Tivemos apenas US\$ 398 milhões de investimento de fora na aquisição das empresas, logo chegamos à conclusão que as empresas que deixaram de ser do governo estão sob domínio de grandes grupos brasileiros.

Tivemos grandes parcelas de investimento de Pessoas Físicas de US\$ 1.701 bilhões e de Fundos de Pensão de US\$ 1.193 bilhões, totalizando as duas chegamos a um valor de US\$ 2.894 bilhões, o correspondente a 34% (trinta e quatro) das moedas usadas nas privatizações.

No gráfico abaixo vamos verificar como foi a evolução da arrecadação com as privatizações, nestes valores teremos o resultado total, isto é, teremos o somatório de todos os setores.



Fonte BNDES

No gráfico acima podemos verificar que houve uma expansão de US\$ 2 bilhões em 1991 para US\$ 3.400 bilhões em 1992. Em 1993 houve ainda expansão, pois Itamar continuou os programas que estavam em andamento, subindo para US\$ 4.200 bilhões, diferentes de 1994 onde houve uma queda para US\$ 2.300 bilhões.

9. Capítulo VIII – Um Balanço Setorial e Quantitativo – Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)

Na tabela iremos verificar os setores e foram privatizados e quando cada um representa para o governo, no quadro veremos também a receita das vendas de cada setor privatizado.

Resultado das Privatizações de 1995 até 2002		US\$ milhões
Tipo de Investidor	Receita de Vendas	%
Infra-estrutura - Serviços	63.281	80%
Indústria	10.852	14%
Participações Minoritárias	4.481	6%
Total	78.614	100%

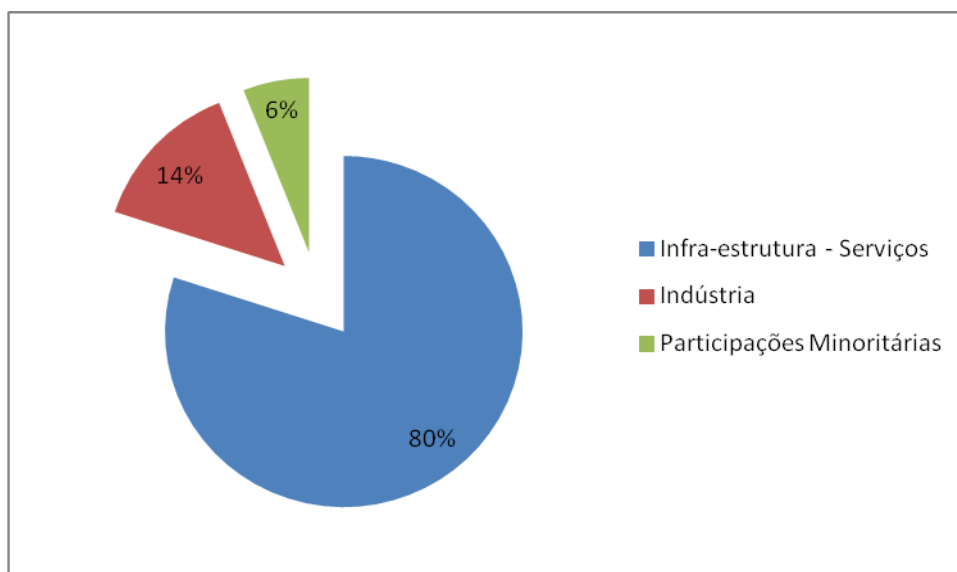
Fonte BNDES

Na tabela acima podemos verificar que o governo do Fernando Henrique Cardoso continuou o programa e que arrecadou muito mais que os US\$ 11,8 bilhões arrecadados nos 4 (quatro) anos anteriores ao seu governo.

Podemos verificar também as mudanças do perfil dos setores das privatizações, os setores de infra-estrutura e serviços são os que impulsionam a arrecadação do governo com as privatizações.

No gráfico abaixo iremos visualizar melhor quanto o setor de infra-estrutura e serviços foi o protagonista da arrecadação da privatização devido à concessão de muitas áreas que o governo deixou de operar dando mais ênfase a determinados setores.

Privatização por Setor de 1995 até 2002



Fonte BNDES

Na tabela abaixo iremos verificar mais detalhadamente os setores que foram privatizados no governo FHC.

Resultado de Venda por Setor de 1995 até 2002

Setor	Setores	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total (US\$ milhões)
Indústria	Petroquímica	816	706	1522
	Petróleo	4840		4840
	Mineração	5196	3559	8755
Total	3	10852	4265	15117

Setor	Setores	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total
Infra-estrutura e Serviços	Financeiro	6329		6329
	Elétrico	22238	7510	29748
	Transporte	2321		2321
	Portuário	421		421
	Gás/Saneamento	2111	88	2199
	Telecomunicações	29811	2947	32758
	Informática	50		50
Total	7	63281	10545	73826

Setor	Setores	Receita das Vendas	Dívida Transferida	Total
Participações Minoritárias	Decreto 1.068	753		753
	Estaduais	3728		3728
Total	2	4481	0	4481

Fonte BNDES

Na tabela acima podemos verificar que no setor industrial a mineração ficou responsável por 57% (cinquenta e sete) das privatizações, no setor de infra-estrutura e serviços as telecomunicações e elétrico somaram 84% (oitenta e quatro) das privatizações do setor.

No quadro abaixo vamos verificar quais as empresas que participaram dessas privatizações.

Empresas Privatizadas de 1995 até 2002

US\$ milhões			
Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas
Petroquímica	Copene	15/8/1995	270,5
	CPC	29/9/1995	99,6
	Salgema	5/10/1995	139,2
	CQR	5/10/1995	1,7
	Nitrocarbono	5/12/1995	29,6
	Plonor	5/12/1995	63,5
	CBP	5/12/1995	0,04
	Polipropileno	1/2/1996	81,2
	Koppol	1/2/1996	3,1
	Deten	22/5/1996	12,1
	Polibrasil	27/8/1996	99,4
	EDN	26/9/1996	16,6
Total	12		816,54

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas
Instituições Financeiras	Meridional	4/12/1997	240,1
	Banespa	20/11/2000	3604,3
Bancos Federalizados	BEG	4/12/2001	269,4
	BEA	24/1/2002	76,8
Total	4		4190,6
Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas
Instituições Financeiras	Credireal	7/8/1997	112
	Banerj	26/6/1997	289
Bancos Estaduais	Cia. União de Seguros Ger.	20/11/1997	45
	Bemge	14/9/1998	494
	Bandepe	17/11/1998	153
	Banep	22/6/1999	147
	Banestado	17/10/2000	869
	Paraiban	8/11/2001	29
Total	8		2138

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas
Energia Elétrica	Escelsa	11/7/1995	519
Empresas Federais	Light	21/5/1996	2509
	Gerasul	15/9/1998	880
Total	3		3908

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas
Energia Elétrica	Cachoeira Dourada	5/9/1997	714
Empresas Federais	CESP Paranapanema	28/7/1999	682
	CESP Tietê	27/10/1999	472
	Cerj	20/11/1996	587
	Coelba	31/7/1997	1598
	CEEE-Norte-NE	21/10/1997	1486
	CEEE-Centro-Oeste	21/7/1997	1372
	CPFL	5/11/1997	2731
	Enersul	19/11/1997	565
	Cemat	27/11/1997	353
	Energipe	3/12/1997	520
	Cosern	12/12/1997	606
	Coelce	2/4/1998	868
	Eletropaulo Metropolitana	15/4/1998	1777
	Celpe	9/7/1998	388

	Elektro	16/7/1998	1273
	EBE	17/9/1998	860
	Celpe	17/2/2000	1004
	Cemar	15/6/2000	289
	Saelpa	30/11/2000	185
Total	20		18330
Setor	Característica	Concessões	Receita das Vendas
Transportes	Ferroviário	9	1963
	Metroviário	1	262
	Marítimo	1	29
	Terminal de ônibus / Estac.	1	67
Total	4	12	2321

Setor	Empresa	Data do Leilão	Receita das Vendas
Portos e Arrendamentos	CODESP		
	Porto de Santos	17/9/1997	251,1
	CDRJ		
	Porto de Sepetina	3/9/1998	79
	Porto do Rio	3/11/1998	26,5
	Porto de Angra dos Reis	5/11/1998	7,9
	CODESA		
	Cais de Capuaba	6/5/1998	26,2
	Cais de Paul	17/9/1997	9,4
	CODEBA		
	Porto de Salvador	21/12/1999	20,9
	Total	7	

Setor	Empresa	Concessões	Receita das Vendas
Gás	CEG	14/7/1997	430
	Riogás	14/7/1997	146
	Comgás	14/4/1999	988
	Gás Noroeste - SP	9/11/1999	143
	Gás Sul - SP	26/4/2000	298
Total	5		2005

Setor	Empresa	Receita das Vendas
Saneamento	Manaus Saneamento	106
Total	1	106

Setor	Empresa / Concessões	Receita das Vendas
Telecomunicações	Empresa Federais de Telecomunicações	
	Telefonia Fixa e serviços de longa distância	11970
	Telefone Celular - Banda A	6974
	Oferta aos Empregados	293
	Concessões	
	Telefonia Celular (Banda B + D + E)	9428
	Empresas Espelho	128
	Empresa Estadual	1018
Total	6	29811

Setor	Empresa	Receita das Vendas
Informática	Datamec	49,6
Total	1	49,6

Participações Minoritárias			
Setor	Receita das Vendas		
	Federal (Decreto 1068)	Estadual	Total
Elétrico		2428	2428
Saneamento		593	593
Telecomunicações		679	679
Financeiro		28	28
Diversos	753		753
Total			4481

Fonte BNDES

No quadro acima temos todos os dados das privatizações, separados por setores, podendo ser analisado as empresas privatizadas.

Na tabela abaixo iremos verificar que participou das privatizações e quanto cada um contribuiu para isto.

Resultado de Venda por Investidor - 1995 a 2002		US\$ milhões
Tipo de Investidor	Receita de Vendas	%
Empresas Nacionais	20.777	26%
Setor Financeiro Nacional	5.158	7%
Pessoas Físicas	6.316	8%
Entidades de Previdência Privada	4.626	6%
Investidor Estrangeiro	41.737	53%
Total	78.614	100%

Fonte BNDES

Na tabela acima podemos verificar que houve uma mudança significativa do perfil do investidor brasileiro, no período de 1990 a 1994 as participações nas privatizações eram bem distribuídas, e conforme comentamos anteriormente com a troca de moeda e uma estabilização da nossa economia os investidores começaram a olhar com bons olhos as empresas brasileiras e começaram a investir no Brasil.

Outro fator importante é a importância do investimento em privatizações das empresas nacionais, teve grandes investimentos do período de 1990 a 1994 e isto se repetiu do período de 1995 a 2002.

No governo do Itamar Franco de do Collor teve muitas críticas devido à quantidade de moedas de privatizações, as mesmas somaram mais de 80% (oitenta) da arrecadação das privatizações. No quadro abaixo iremos verificar como o governo Fernando Henrique Cardoso agiu sobre esse assunto e como foi rateada a arrecadação das privatizações.

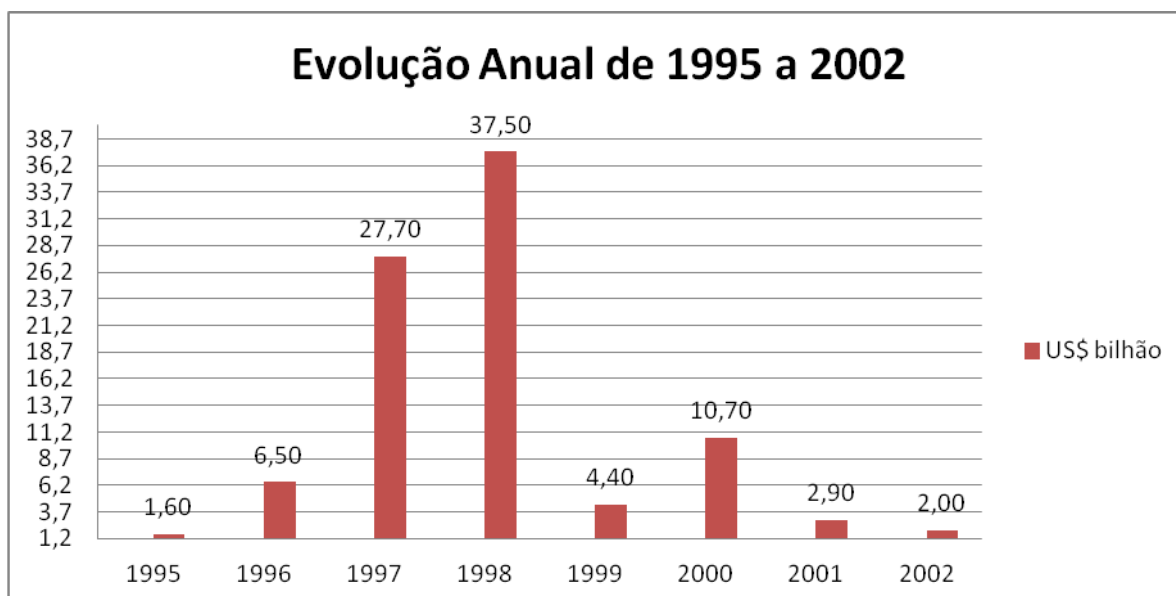
Resultado de Venda por Moeda Utilizada - 1995 a 2002		US\$ milhões
Tipo da Moeda	Receita de Venda	%
Moeda Corrente	74.340	95 %
Moedas de Privatização	4.274	5 %
Total	78.614	100 %

Fonte BNDES

Podemos verificar que houve uma mudança significativa na quantidade de privatizações e da moeda aceita nessas transações. O governo do FHC priorizou que as privatizações fossem feitas com moedas correntes.

As moedas correntes realmente tomaram conta da arrecadação das privatizações totalizaram US\$ 74 bilhões um valor consideravelmente alto.

No gráfico abaixo iremos verificar quanto foi arrecadado em cada ano para ver a evolução das privatizações em nosso país.



Fonte BNDES

No gráfico podemos verificar que no primeiro ano do governo FHC as privatizações começaram em ritmo lento, após isso houve um considerável aumento de receita e foi onde tivemos o grande ápice das privatizações até hoje que foram os anos de 1997 e 1998.

Neste ápice o governo arrecadou US\$ 27 bilhões e US\$ 37 bilhões nesses anos, chegando a uma arrecadação recorde, um fato muito importante para a política econômica do país.

No gráfico abaixo iremos verificar a quantidade de privatizações dos governos de Itamar, Collor e do Fernando Henrique Cardoso, para analisar qual governo usou mais essa ferramenta para o desenvolvimento do país

Resultados Acumulados			
			US\$ milhões
Período	Receita de Vendas	Dívidas Transferidas	Resultado Total
1985 - 1989	1.169	-	1.169
1990 - 1994	8.608	3.266	11.874
1995 - 2002	78.614	14.810	93.424
Total	88.391	18.076	106.467

Fonte BNDES

Esta tabela nos mostra como o governo FHC usou as privatizações em seus 8 (oito) anos de governo, deu-se prioridade para esse programa no âmbito de aumentar a arrecadação do governo, no próximo capítulo iremos analisar se a forma que o governo usou foi viável.

O governo Fernando Henrique apostou todas as suas fichas em uma moeda estável e na transferência das empresas do poder público para o poder privado, sem falar na grande abertura do capital das empresas estatais ao público através da utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O governo liberou o uso do FGTS em compra de ações de empresas reconhecidas mundialmente, tais como Vale do Rio Doce e da Petrobrás, empresas que são bem aceitas pelo público em geral.

10. Capítulo IX – As Privatizações hoje

Neste capítulo iremos verificar quanto foi privatizado do governo do Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e as possíveis privatizações do governo da Dilma Rousseff.

Iremos verificar se o processo foi usado é devido ao mesmo ser importante e com melhorias o processo pode ser uma ferramenta muito importante para a política econômica do país.

Apesar do governo petista sempre anunciar que não teríamos privatizações o mesmo agiu de forma contrária conforme trecho retirado da Internet:

“A importância das privatizações como arma eleitoral do PT e do governo Lula contra o PSDB reside justamente em que cerca de 80% da população é totalmente contra as privatizações, segundo pesquisas oficiais. A condição *sine qua non* e preliminar para utilizar esta arma eleitoralmente, para eleger políticos burgueses, é o estrangulamento da luta contra as privatizações...” (Disponível em http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=529, acesso dia 14/09/2011)

Apesar de o Lula ser bem crítico as políticas usadas pelo governo antecessor ao seu, ele acabou seguindo os exemplos anteriores, teve um número expressivo de privatizações conforme trecho retirado do site abaixo:

O governo do Lula/PT, cuja candidata é a Dilma, criticou as privatizações, mas privatizou 2600 quilômetros de rodovias federais. O grande vencedor do leilão para explorar por 25 anos pedágios nas rodovias foi o grande espanhol OHL (Opus Dei). As estradas privatizadas são, seguido do vencedor do leilão no determinado lote:

BR-381 Belo Horizonte (MG) – São Paulo (SP) – grupo OHL

BR-393 Divisa (MG-RJ) – Via Dutra (RJ) – Acciona

BR-101 Ponte Rio-Niterói (RJ) – (ES) – grupo OHL

BR-153 Divisa (MG-SP) – Divisa (SP-PR) – BR Vias

BR-116 São Paulo (SP) – Curitiba (PR) – grupo OHL

BR-116 São Paulo (SP) – Divisa (SC-RS) – grupo OHL

BR-116/376/PR-101/SC Curitiba (PR) – Florianópolis (SC) – grupo OHL.

(Disponível em: <http://molinacuritiba.blogspot.com/2010/10/as-privatizacoes-e-o-governo-lula.html> acesso dia 11/09/2011)

Conforme vimos acima o governo Lula também foi adepto ao programa de privatizações. Mas essas concessões realizadas pelo governo Lula tiveram outro cálculo de cobrança de tarifas, conforme citação abaixo retirada de um texto da internet:

Na recente concessão de rodovias federais, em que foi adotado o procedimento de *decisão social* na elaboração do edital licitatório, as empresas que se saíram vitoriosas na licitação ofereceram-se para administrar as estradas por um pedágio médio de R\$ 0,02 por quilometro, o que representa um custo médio seis vezes inferior ao custo médio cobrado no pedágio das rodovias Anhangüera/Imigrantes, que foram privatizadas na década anterior, quando ainda prevaleciam outros critérios. (Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/10/13/privatizacoes-no-governo-lula-este-patrimonio-tambem-e-do-brasil/> acesso dia 11/09/2011)

Mas não tivemos só as concessões como privatizações no governo Lula, tiveram mais empresas privatizadas conforme tabela abaixo retirada de um site da internet:

Empresas Privatizadas de 2002 até 2008

Sigla	Nome da Empresa	Data da Exclusão
BEA	Banco do Estado do Amazonas S.A	24/1/2002
BEM	Banco do Estado do Maranhão e três subsidiárias (BEM-SG, BEM-VTV, BEM-DTVM, adquirida pelo Bradesco	10/2/2004
EG3	Eg3 S.A. Incorporada pela Petrobrás Energia S.A	18/2/2005
PAR	Petrobrás Argentina S.A. Incorporada pela Petrobrás Energia S.A.	10/2/2005
BEC	Banco do Estado do Ceará S.A. e uma subsidiária (BEC-D TVM) adquirida pelo Bradesco	21/12/2005
CBEE	Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial. Extinta pelo Decreto nº 5826/2006.	30/6/2006

Fonte Ministério do Planejamento/SE/D EST 01.09.2006

(Disponível em: <http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/10/13/privatizacoes-no-governo-lula-este-patrimonio-tambem-e-do-brasil/> acesso dia 11/09/2011)

Conforme mostramos acima o governo Lula aderiu às privatizações, e a sua substituta também fez fortes críticas ao modelo de privatizações do governo FHC conforme trecho retirado da internet:

A candidata petista à Presidência da República, Dilma Rousseff, voltou ontem a criticar as privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso e culpou os adversários por estar ocorrendo uma campanha de ódio, em que há troca de acusações ligadas a temas de religião e legalização do aborto. (Disponível em: <http://cruzeiro-do-sul.jusbrasil.com.br/politica/6081251/dilma-volta-a-fazer-criticas-as-privatizacoes-do-governo-fhc>, acesso no dia 14/09/2011)

O nosso governo atual com a presidente Dilma Rousseff já tem projetos para concessões que tem que ficar pronto até 2014 para a Copa do Mundo que será realizada no Brasil, conforme artigo retirado da internet:

A presidente Dilma Rousseff afirmou, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, que o governo adotará o regime de concessão para os aeroportos. O setor privado poderá assumir a administração de aeroportos existentes, comprometendo-se a realizar investimentos, ou até mesmo construir novos, em áreas a serem definidas pelo governo. “Agora nós estamos nos preparando para fazer uma forte intervenção nos aeroportos. Vamos fazer concessões, aceitar investimentos da iniciativa privada que sejam adequados aos planos de expansão necessários. Não temos preconceito contra nenhuma forma de expansão do investimento nessa área, como não tivemos nas rodovias”, disse. (Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/aeroportos-terao-regime-de-concessao-diz-dilma>, no dia 14/09/2011)

O governo Dilma não quer fazer somente concessão do transporte aéreo, foi criado um plano para a concessão do transporte rodoviário conforme trecho retirado do site Globo.

O governo divulgou nesta quinta-feira o Plano de Outorgas com as novas regras para o transporte rodoviário que passarão a valer após o leilão das linhas em janeiro de 2012. Ao todo, 1.967 linhas em todo o país serão licitadas. Trata-se de 703 pontos de atendimento a mais, que chegarão a 34 cidades a mais. A ponte rodoviária Rio-SP, atualmente operada por 4 empresas, será aberta a mais um concorrente. Os critérios gerais foram

antecipados pelo GLOBO em maio deste ano. O objetivo das mudanças é melhorar a prestação do serviço e a frota, aumentar a competição e elevar a formalização do setor e de suas regras. O leilão será feito pelos critérios de capacidade técnica e menor tarifa. (Disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/08/11/leilao-das-1-967-linhas-de-onibus-interestaduais-do-pais-deve-ocorrer-em-janeiro-de-2012-925114598.asp>, no dia 11/08/2011).

O governo dos petistas pode ainda privatizar mais alguns setores como matéria de Josette Goulart no jornal Valor Econômico, disponível em site da Internet:

A possibilidade de privatização de alguns ativos do setor elétrico começa a se tornar uma opção viável a ser estudada dentro do governo federal. O alto escalão já considera essa a melhor alternativa para as distribuidoras federalizadas que atuam em seis Estados do Norte e Nordeste do país, que estão hoje sob o guarda-chuva da Eletrobrás. Mesmo petistas de carteirinha, em cargos estratégicos no setor elétrico, já aceitam a idéia e inclusive defendem. (Disponível em <http://www.valor.com.br/empresas/982246/governo-discute-privatizacao-de-federalizadas>, no dia 22/08/2011)

11. Conclusão

Nesta monografia vimos que todos os governos usaram as privatizações, e podemos chegar à conclusão que a maioria das privatizações foi feita devido à má administração e a falta de recursos para grandes investimentos, com isso a conclusão é que elas foram boas para o governo, pois captaram grandes quantias para o Estado, e na maioria dos setores privatizados houve uma expansão significativa, com o acelerado desenvolvimento tecnológico nos casos de siderurgia e mineração, bem como a expansão no setor de telefonia e da inovação tecnológica do setor bancário.

São evidentes as vantagens da Privatização, as estatais vendidas geraram recursos para o pagamento de parte da dívida pública, e suas necessidades de investimento são agora do setor privado. Também com menos empresas para gerenciar, o poder público tem mais tempo para se ocupar das áreas mais prioritárias como a defesa nacional, saúde e educação, inclusive concentrando as verbas públicas nessas áreas.

Não podemos esquecer que as privatizações causaram uma grande distribuição de mercado, pois agora temos as empresas estatais, empresas privadas nacionais e estrangeiras tendo mais competitividade.

Salienta-se que, na medida em que o governo brasileiro aceitou que o capital estrangeiro participasse das privatizações ensejou uma maior abertura de nossa economia e um desejável grau maior de concorrência interna, o que é sempre útil para a realidade dos preços.

Podemos destacar também, que fruto da política de privatizações no período Sarney em 1985 a Fernando Henrique Cardoso em 2002, o Brasil recebeu 88 bilhões e 391 milhões de dólares, além de ter transferido uma dívida de cerca de 18 bilhões e 76 milhões de dólares.

Em razão dessas políticas adotadas no período de 1985 a 2002, o Brasil se desfez do controle acionário de 67 empresas, além de 4 bilhões e 481 milhões de dólares de participações minoritárias.

Para aqueles que criticaram a época, nosso processo acelerado de privatizações, argumentando que estamos entregando o patrimônio nacional aos estrangeiros, salientamos que as empresas nacionais vendidas a compradores

estrangeiros somaram apenas US\$ 42.135 bilhões de 1990 até 2002, representando menos de 50% (cinquenta) do capital, enquanto que as estatais vendidas ao capital nacional somaram US\$ 45.090 bilhões.

Conforme comentamos anteriormente os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), também aderiram a esse programa e **conforme matéria do Jornal Folha de São Paula publicada no dia 14 de Outubro de 2011**, afirma que os aeroportos de Cumbica, Brasília e Viracopos serão leiloados para a iniciativa privada que terá a concessão dos mesmos no período de 30 (trinta) anos. O governo federal exigirá um investimento inicial de R\$ 13,2 bilhões de reais e também receberá 10% (dez) da receita no período de concessão.

REFERÊNCIAS

APARECIDA DA SILVA V. – **O impacto das Moedas de Privatização sobre a Dívida Pública**. Set 1997.

ARAÚJO C. R. V. – **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. Atlas, 1986

CASTELAR PINHEIRO A. – **A Experiência Brasileira de Privatização: O que vem a seguir?** . Dez 2010.

CASTELAR PINHEIRO A. – **A Privatização Tem Jeito**. IPEA, Mai 1994 (Texto para Discussão/338)

FILHO B. P., LIMA E. C. P. L, PEREIRA F. - **Privatização, Ajuste Patrimonial e Contas Públicas**. Brasília: IPEA, set 1999 (Texto para Discussão/668)

Jornal Folha de São Paulo – Matérias Diversas.

KEYNES J. M. – **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Edição de 1996 traduzida por Mario R. da Cruz. Texto original The General Theory of Employment, Interest and Money da Royal Economic Society, 1973.

MAGALHÃES, LUZIA E. REIS – **O Trabalho Científico: da pesquisa à monografia: Projetos – Monografia – Publicações – Normas da ABNR**. Paraná, Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP).

Marx K., Engels F. – **Manifesto do Partido Comunista**. 1988

MATOS FILHO J. C, A. OLIVEIRA C. W. – **O Processo de Privatização das Empresas Brasileiras**. Brasília; IPEA, mai 1996 (Texto para Discussão/422)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – **Privatização no Brasil 1990 – 1994, 1995 a 2002**. Jun 2002. (www.bnds.com.br)

MODIANO, E. – **Um Balanço das Privatizações nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999.

NAPOLEONI C. – **O Pensamento Econômico do Século XX**. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1979.

OLIVEIRA NEGRÃO J. J. – **O governo FHC e o neoliberalismo**. Retirado da Internet.

PINHEIRO C. A, GIAMBIAGI F. – **As empresas estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor**. Brasília; IPEA, mai 1992 (Texto para Discussão/261).

PINHEIRO C. A, OLIVEIRA FILHO L. C. – **Privatização no Brasil: Passado, Planos e Perspectivas**. Brasília: IPEA, ago 1991 (Texto para Discussão/230)
Rio de Janeiro; IPEA, Nov 2001 (Texto para Discussão/847)

SIQUEIRA S. de S. – **Instituição e Privatização: Uma Análise do Programa Brasileiro de Desestatização**. Revista Eletrônica Gestão e Sociedade – ISSN 1980-5756

SOUSA CARVALHO M. C. – **Privatização, Dívida e Déficit Públicos no Brasil**.

TOIGO APARECIDA M. – **Impacto da Privatização na Eficácia Organizacional: O caso da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN**. São Leopoldo, 2006.

VELASCO JR L. – **Documento Histórico – A Privatização no Sistema BNDES**.

<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/o-neoliberalismo-e-o-estado-minimo.html>

<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/aeroportos-terao-regime-de-concessao-diz-dilma>

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=529

<http://cruzeiro-do-sul.jusbrasil.com.br/politica/6081251/dilma-volta-a-fazer-criticas-as-privatizacoes-do-governo-fhc>

<http://molinacuritiba.blogspot.com/2010/10/as-privatizacoes-e-o-governo-lula.html>

<http://www.blogdopaulonunes.com/v3/2010/10/13/privatizacoes-no-governo-lula-este-patrimonio-tambem-e-do-brasil/>

<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/08/11/leilao-das-1-967-linhas-de-onibus-interestaduais-do-pais-deve-ocorrer-em-janeiro-de-2012-925114598.asp>

Esta é uma antevisão do aspecto da licença no seu site:



O trabalho Privatizações no Brasil de 1985 a 2002 de Alexandro Franco de Macedo foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Brasil](#).

Tem o seu próprio site?

Copie o texto abaixo para o seu site, para indicar aos visitantes a licença aplicável aos seus trabalhos.

```
<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/"></a><br />O trabalho <span xmlns:dct="http://purl.org/dc/terms/" href="http://purl.org/dc/dcmitype/Text" property="dct:title" rel="dct:type">Privatizações no Brasil de 1985 a 2002</span> de <span xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" property="cc:attributionName">Alexandro Franco de Macedo</span> foi licenciado com uma Licença <a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/">Creative Commons - Atribuição 3.0 Brasil</a>.
```

Selecione e copie o texto da caixa acima, ou envie-o por correio electrónico [a si próprio](#). **Precisa de mais ajuda? Consulte [o nosso guia](#).**

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)